

CPI convoca José Dirceu. Azeredo dá explicação

Data da audiência do ex-ministro ainda não foi definida. Presidente do PSDB comparece espontaneamente à comissão

A convocação do deputado federal José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, foi aprovada ontem pela CPI dos Correios. Dirceu é acusado por Roberto Jefferson de ser o gerente do “mensalão”, suposto esquema de pagamento de propina a deputados da base aliada. No Conselho de Ética da Câmara, Roberto Jefferson disse ontem que o ex-ministro promoveu “aproximação” entre a multinacional Portugal Telecom, o PT e o PTB, com o objetivo de angariar recursos para esses dois partidos. Dirceu negou a acusação e afirmou que “se trata de uma mentira”. O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo, em depoimento voluntário à CPI dos Correios, negou vínculos com o empresário Marcos Valério.

Denunciante e denunciado ficam frente a frente

A proposta de se montar um suposto esquema de corrupção no governo de Benedita da Silva, no Rio de Janeiro, levou a CPI dos Bingos a colocar frente a frente o denunciante, o ex-secretário Luiz Eduardo Soares, e o denunciado, o empresário Sérgio Canozzi. Soares reafirmou a denúncia e Canozzi a desmentiu. A CPI deve ouvir Waldomiro Diniz na próxima semana.

Páginas 3 a 5



CONFRONTO Dirceu (sentado, ao centro) comparece ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, enfrenta Roberto Jefferson e diz que não renuncia ao mandato parlamentar



DEPOIMENTO Na CPI dos Correios, Azeredo (no microfone, ao lado de Arthur Virgílio) acusa governistas de tentarem desviar do Executivo o foco das investigações sobre corrupção



ACAREAÇÃO Observados pelo presidente e pelo relator da CPI dos Bingos, Efraim Morais e Garibaldi Alves (D), Sérgio Canozzi (E) e Luiz Eduardo Soares reafirmam suas posições

Usina nuclear pode gerar compensação a estado

Estados e municípios onde estejam localizadas usinas termonucleares de geração de energia elétrica, bem como os municípios limítrofes, poderão receber ressarcimento pelos danos ambientais e riscos causados a sua população. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Educação e segue para a Comissão de Assuntos Sociais, que o analisará em caráter terminativo.

Página 8

Mozarildo: Congresso fez muito em julho

O senador Mozarildo Cavalcanti lembrou ontem que o Senado e a Câmara dos Deputados não entraram em recesso em julho e apresentaram saldo positivo de trabalho. Além das CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão, observou o parlamentar, os Plenários das duas Casas funcionaram normalmente, com sessões deliberativas e não deliberativas.

Página 2

Comissão marca para amanhã votação da LDO



CORAGEM Ana Júlia destaca ação do advogado paraense na defesa de presos políticos durante a ditadura

Ana Júlia lamenta morte do jurista Egydio Salles

A memória do jurista Egydio Machado Salles, que morreu no último dia 27, aos 82 anos de idade, foi homenageada ontem, da tribuna, pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Segundo disse, o advogado paraense lutou "implacavelmente contra todas as formas de desrespeito aos direitos humanos e em defesa da democracia".

Egydio Salles ocupou, entre outras funções, as de procurador, consultor do estado, membro do Conselho de Curadores da Universidade Federal do Pará e presidente da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Atualmente, presidia a Academia Paraense de Letras, informou.

Como dirigente da OAB, entre 1968 e 1971, o jurista destacou-se defendendo presos políticos no período da ditadura militar, salientou Ana Júlia. Ela frisou também que Egydio sempre defendeu a ética, a probidade e a moralidade em todos os cargos que exerceu.

A senadora apresentou requerimento à Mesa solicitando a inserção em ata de voto de pesar pela morte do jurista e a apresentação de condolências à família do advogado.

Agenda

Plenário tenta liberar pauta

A pauta de votações do Plenário, que inicia a sessão deliberativa às 14h, continua trancada por medidas provisórias, com des-

taque para a MP 248/05, que aumentou o salário mínimo para R\$ 300. As demais proposições só podem ser analisadas depois da

votação das medidas provisórias, que, por estar vencido o prazo constitucional, têm prioridade nas deliberações.

Mais brasileiros repatriados

Integrantes da CPI da Emigração llegal foram aos Estados Unidos para acompanhar a repatriação de 301 brasileiros presos no Texas. A chegada dos parlamentares e dos cidadãos brasileiros repatriados está prevista para a madrugada de hoje, no aeroporto de Confins,

em Belo Horizonte. A CPI estuda sugerir ao governo brasileiro que instale escritórios do consulado em cidades norte-americanas que fazem fronteira com o México, como Laredo e San Antonio, onde existe o maior número de brasileiros presos.



EMPENHO Mozarildo lembra à imprensa que Congresso não parou as atividades no mês passado

Mozarildo diz que Senado produziu muito em julho

Ao corrigir informações da imprensa, segundo as quais o Congresso teria retomado seus trabalhos no dia 1º de agosto, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados continuaram trabalhando no mês de julho.

Mozarildo lembrou que os líderes partidários decidiram adiar a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, dessa forma, o Congresso Nacional não pôde entrar em recesso.

O senador afirmou que o Senado produziu muito e não ficou apenas nos debates. Ele frisou que a instituição trabalhou em um período que, constitucionalmente, seria de recesso e sem pagamento qualquer remuneração extra.

O parlamentar destacou ainda que, além da CPI dos Bingos, da qual é vice-presidente, e da CPI dos Correios, o Plenário também funcionou normalmente, inclusive com sessões deliberativas, o mesmo ocorrendo nas comissões permanentes.

Mozarildo apresentou números indicando que a atividade dos senadores no mês de julho não se limitou aos trabalhos das CPIs. Assinalou que houve 21 sessões plenárias, em que foram analisadas 169 matérias e aprovadas duas medidas provisórias e 87 propostas, enviadas à promulgação. Ressaltou que outras 15 proposições aprovadas foram à sanção do presidente da República, e sete encaminhadas à apreciação da Câmara dos Deputados.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cumprimentou Mozarildo e sugeriu que seja votado um dos projetos em tramitação que reduz o recesso parlamentar para 30 dias. Também apartando, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o representante de Roraima, por "salvaguardar o bom nome da instituição".

Saques milionários na mira de CPI

A CPI dos Correios reúne-se às 10h. Serão ouvidos os responsáveis pelos maiores saques das contas de Marcos Valério já identificados: o policial civil Davi

Rodrigues Alves (R\$ 4 milhões) e a funcionária da SMP&B Simone Vasconcelos (R\$ 6 milhões). Em depoimento à Polícia Federal, Simone confirmou os saques das

contas e o repasse para alguns nomes anteriormente apontados pela CPI, como o assessor do PP João Carlos Genu e o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas.



Recursos para a ciência

Os fundos setoriais para a ciência e a tecnologia são tema de audiência pública na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, às 10h. Serão ouvidos os presidentes da Financiadora de

Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (Finep), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec).

Compra de votos e dízimo

O projeto que proíbe a contribuição partidária daqueles que ocupem cargos na administração pública por indicação das legendas (PLS 384/03) e o que define o

período para que sejam aceitas denúncias de compra de votos (PLS 76/03) estão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que tem reunião marcada para as 10h.



Adeus às armas de fogo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concede, às 13h, entrevista ao vivo à TV Nacional. O senador, que também preside a Frente Parlamentar em Defesa do Desarmamento, fala do referendo sobre a proibição da venda de armas, que será realizado em outubro.

Propina e "mensalão"

Amanhã, a CPI dos Bingos ouve ex-dirigentes da multinacional de jogos Gtech. A empresa é acusada de ter pago propina ao ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz para renovar o seu contrato com a Caixa Econômica Federal. Também amanhã, Roberto Jefferson fala à CPI do Mensalão.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Eduardo Azeredo comparece espontaneamente à CPI dos Correios para esclarecer gastos da campanha eleitoral de 1998; comissão decide convocar José Dirceu, um ex-diretor do Banco do Brasil e o proprietário da Guaranhuns Empreendimentos

Moreira Mariz



INFORMAÇÃO Eduardo Azeredo (ao lado de Arthur Virgílio) presta depoimento voluntário à CPI dos Correios sobre campanha à reeleição em Minas

Azeredo nega autorização de empréstimo em 1998

O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), em depoimento voluntário à CPI dos Correios, negou ontem que, à frente do governo de Minas Gerais, tenha autorizado qualquer empréstimo feito pelo empresário Marcos Valério de Souza: "Também não há aval meu, do meu governo ou do meu partido em qualquer empréstimo de agência".

– Passo a demonstrar que o meu governo não avalizou nem deu anuência ao empréstimo tomado pela DNA ao Banco Rural – acrescentou.

Azeredo negou que soubesse da existência de caixa dois em sua campanha e responsabilizou a coordenação da campanha à reeleição em 1998 pelos "aportes à movimentação financeira" destinados a candidatos a deputado e que não foram declarados.

– Permaneço com a consciência tranqüila de que me pautei pela lei e pela ética ao prestar contas da campanha com os fatos e documentos que eu conhecia – declarou, ressaltando que o Tribunal Regional Eleitoral aprovou as contas.

Segundo denúncias divulgadas pela imprensa, o governo de Azeredo teria garantido empréstimos tomados por Valério, que teria repassado dinheiro para campanhas em 1998. O senador disse que "isso seria, no mínimo, uma insanidade ou algo inaceitável" e destacou que faltam fundamentos e existem "falhas de informação" nos documentos que baseiam as matérias.

Azeredo apresentou à CPI cópia do contrato de empréstimo, firmado em 19 de agosto de

1998, no valor de R\$ 9 milhões, e afirmou que os documentos publicados são cópias do "alegado termo de garantia", e não do contrato real. As assinaturas que aparecem no fac-símile da matéria são, segundo o senador, "do aditamento de renegociação do empréstimo realizado no ano seguinte", em 1999, quando ele já não era governador de Minas. O senador ressaltou ainda que a garantia foi uma nota promissória, no valor de R\$ 11,7 milhões, que tinha como garantidores os sócios da DNA Propaganda.

– Está provado que meu governo não deu nem poderia ter dado garantia ao empréstimo.

A campanha de Azeredo custou R\$ 8.555.878,97.

Caixa dois

Eduardo Azeredo disse que o seu coordenador administrativo-financeiro da campanha de 1998, Cláudio Mourão da Silveira, enviou correspondência na sexta-feira confirmando a entrega e a aprovação das contas no TRE e afirmando que, por sua própria iniciativa, tomou "decisões estratégicas" para fortalecer a campanha.

Conforme o senador, foi Silveira quem decidiu apoiar candidatos a deputado para fortalecer a campanha majoritária e pedir apoio da SMP&B.

– Entendendo ainda que as referidas campanhas fossem fazer as prestações de contas, não as incluiu na prestação da campanha majoritária.

Para Azeredo, é preciso separar a questão das irregularidades de campanha das investigações sobre a prática da compra do voto de parlamentares, o "mensalão".

CPI dos Correios aprova convocação de José Dirceu

A CPI dos Correios aprovou ontem, em reunião administrativa, a convocação do deputado federal e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP). Dirceu é acusado pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser o gerente do "mensalão", suposto esquema de pagamento de propina a membros da base aliada do governo. A oitava do deputado ainda não tem data marcada, mas deve acontecer este mês.

Segundo o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), José Dirceu será instado a esclarecer, entre outros pontos, quais eram os critérios adotados pelo governo no preenchimento dos cargos da administração pública.

Ao todo, foram aprovados ontem 23 requerimentos, por meio de votação simbólica. Entre eles, o que pede a convo-

cação de Henrique Pizzolatto, ex-diretor de *marketing* do Banco do Brasil, que teria sido o beneficiário de um saque no Banco Rural de R\$ 326 mil da conta da DNA, uma das empresa de Marcos Valério.

Os parlamentares também aprovaram o requerimento de convocação de José Carlos Batista, proprietário da Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações. A Guaranhuns é apontada pela CPI dos Correios como responsável por vultosos saques nas contas de Marcos Valério no Banco Rural.

Documentos

A oitava do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ficou para ser discutida futuramente. Os membros da comissão avaliaram que, antes de convocá-lo, precisam analisar os documentos que ele apresentou na

manhã de ontem.

Também foi adiada para amanhã a discussão sobre a quebra de sigilo dos fundos de pensão. Alguns parlamentares querem investigar se há relação entre os investimentos feitos por esses fundos e os empréstimos bancários obtidos por Marcos Valério e repassados ao PT. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), assim como seu relator, no entanto, avaliam que o tema deve ser tratado com cautela.

– Temos que tomar muito cuidado com a quebra de sigilo de fundos de pensão. Eles têm uma participação grande em várias empresas nacionais e estrangeiras, algumas até oriundas da privatização. Precisamos pensar muito bem para não fazer nada equivocado. Qualquer decisão da CPI traz impactos – alertou Delcídio.



DEFESA José Dirceu garante no Conselho de Ética que desconhecia "mensalão" e que não irá renunciar ao mandato

Roberto Jefferson apresenta nova denúncia

O esperado confronto entre José Dirceu e Roberto Jefferson não esteve à altura das expectativas. Até às 19h de ontem, quando o depoimento de Dirceu no Conselho de Ética da Câmara foi suspenso para pausa, uma das poucas novidades era nova denúncia de Roberto Jefferson: o ex-ministro da Casa Civil teria promovido "aproximação" entre a multinacional Portugal Telecom, o PT e o PTB, com o objetivo de angariar

recursos para esses dois partidos. Dirceu negou a acusação e afirmou que "trata-se de uma mentira".

– No final do ano passado, Dirceu promoveu uma aproximação entre a Portugal Telecom e o presidente Lula. Depois disso, autorizou que tanto o PT como o PTB enviassem emissários para um encontro com representantes do grupo Portugal Telecom. O objetivo era negociar com o

grupo acordo que colocasse em dia as contas dos dois partidos – afirmou Jefferson.

Não à renúncia

No início de seu depoimento – em que negou as acusações de Roberto Jefferson, principalmente a de comandar o esquema do "mensalão" –, Dirceu declarou que não iria renunciar a seu mandato. Ele também argumentou que estava ali por questões políticas, e não por denúncias de corrupção.



Divergência provoca confronto entre depoentes na CPI dos Bingos, que também define calendário e cobra liberação de dados de Waldomiro Diniz. Comissões que investigam "mensalão" e denúncias nos Correios buscam dividir competências e tarefas

Empresário do bingo e ex-secretário são acareados

Em depoimento ontem na CPI dos Bingos, o ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares revelou que o então assessor Waldomiro Diniz "era peça importante" na estrutura da Casa Civil da Presidência, sob o comando do então ministro José Dirceu. Soares afirmou também que Marcelo Sereno, ex-secretário de Comunicação do PT, juntamente com o ex-tesoureiro Delúbio Soares, "era um dos principais arrecadadores de recursos para campanhas do partido".

O ex-secretário participou do governo de transição de Benedita da Silva (PT) no Rio de Janeiro, quando a então vice-governadora tomou posse

após a renúncia de Anthony Garotinho, que iria disputar a Presidência da República em 2002. Soares disse que o empresário de jogos Sérgio Canozzi o procurou para propor esquema de desvio de recursos públicos que poderia chegar a R\$ 80 milhões. Desse total, Benedita ficaria com R\$ 10 milhões, Soares com R\$ 5 milhões e Canozzi com R\$ 1 milhão.

Segundo o senador Tião Viana (PT-AC), Benedita da Silva informou a ele nunca ter se encontrado com o empresário.

Canozzi falou à CPI em seguida a Luiz Eduardo Soares e negou que tenha proposto esquema de corrupção. O empresário alegou ter se encontrado

com o ex-secretário para tratar dos interesses de uma empresa espanhola por ele representada e admitiu ter conversado com Waldomiro Diniz, então presidente da Loterj, para tratar do mesmo assunto.

As divergências nas declarações levaram a CPI a pedir a acareação entre os depoentes, realizada ontem. Ambos reafirmaram o que tinham dito. Para Canozzi, Soares "procura chifres onde eles não existem". Já o ex-secretário acusa o empresário de estar mentindo. Os senadores pediram a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Canozzi, de sua mulher e de suas empresas. Soares ofereceu quebra de seu sigilo telefônico.



Márcia Kalume

COMPETÊNCIAS Amir Lando (C) e os relatores Ibrahim Abi-Ackel (E) e Osmar Serraglio estabeleceram ontem uma divisão de tarefas entre as duas CPIs

CPIs dos Correios e do Mensalão acertam atuação

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI dos Correios, se reuniu, na noite de ontem, com o senador Amir Lando (PMDB-RO) e com o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), respectivamente presidente e relator da CPI do Mensalão. O objetivo do encontro foi definir as competências de cada comissão e começar a estabelecer uma divisão de tarefas.

– Nós estamos cumprindo o que o Parlamento decidiu: duas CPIs com enfoques próximos, mas que, ao final, se distinguem muito claramente. Decidimos que aquilo que diz respeito à responsabilidade dos parlamentares vai para a CPI do Mensalão. Já o que for necessário saber de comportamento de parlamentares, mas cuja responsabilização tenha a ver com a administração pública, virá para a CPI dos Correios – explicou Serraglio.

O relator da CPI dos Correios

disse que irá compartilhar todas as informações que a comissão detém com os parlamentares da CPI do Mensalão, para que esta já comece "com o pé firme" e "com muita prova produzida".

Segundo Abi-Ackel, algumas pessoas que já foram ouvidas na CPI dos Correios terão que ser ouvidas novamente na CPI do Mensalão.

– Como relator, eu estou muito preocupado em não perder tempo. Podemos requerer a réplica de depoimentos, mas nem sempre isso será possível. É o caso do deputado Roberto Jefferson, a pessoa que propiciou o conhecimento dos dados que estão sendo objeto de investigação – ressaltou. Jefferson depõe amanhã.

Para o relator da CPI do Mensalão, a reunião foi bastante produtiva, pois serviu para que a comissão "estrangeira" pudesse absorver um pouco da experiência de sua "colega".

Amir Lando determina diligências para obtenção de documentos

Contrariado por não ter recebido, ainda, os documentos solicitados pela CPI do Mensalão, o presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), designou os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) e os deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Zulaiê Cobra (PSDB-SP) para integrarem comissão destinada a realizar diligências junto à CPI dos Correios, à Polícia Federal e ao Supremo Tribunal Federal para a obtenção de tais documentos.

Lando quer promover uma

análise cuidadosa dos documentos para dissecar e classificar esse "manancial" de papéis, antes de marcar os depoimentos.

Ao ser confrontado com a lista de sacadores que a gerente administrativa da SMP&B, Simone Vasconcellos, teria entregue à Polícia Federal, Lando disse não considerar que a relação possa configurar uma prova irrefutável de que as pessoas citadas tenham sacado os montantes citados, mas um roteiro de trabalho para as investigações da CPI.

Célio Azevedo



DENÚNCIA Luiz Eduardo Soares (E), ao lado de Efraim, Garibaldi e Mozarildo, acusa empresário do bingo

Waldomiro Diniz deve depor na próxima semana

A CPI dos Bingos aprovou ontem a agenda de trabalhos para as próximas semanas. Amanhã está previsto o depoimento de Antônio Carlos Lino, ex-presidente da Gtech do Brasil, empresa que operava as loterias da Caixa Econômica Federal (CEF). Também deverão depor Marcelo Rovai, ex-diretor da Gtech, e o advogado da empresa, Enrico Gianelli.

Para a próxima terça-feira estão agendados os depoimentos de Rogério Buratti, citado pela Gtech como consultor indicado por Waldomiro Diniz para prestar serviços à empresa, e de José

Luiz Quintães, consultor da Loterj na época em que o órgão era presidido por Waldomiro.

Na quarta-feira deverão depor Marcelo Aguiar, ex-assessor da Secretaria de Comunicação da Presidência e sócio da MM Consultoria (empresa que recebeu recursos da Gtech) e o atual presidente da MM, Walter Santos Neto. Na quinta-feira da próxima semana a CPI dos Bingos ouve Waldomiro Diniz, o depoimento mais aguardado.

No dia 16, devem depor os ex-presidentes da CEF Sérgio Cutolo, Emílio Carazzai e Valderi Albuquerque.

Efraim cobra liberação de dados

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), irá hoje ao Banco Central para solicitar do presidente da instituição, Henrique Meirelles, a liberação de documentos relativos à movimentação bancária de Waldomiro Diniz. A quebra do sigilo bancário de Waldomiro já foi requerida pela comissão. O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), deve acompanhar Efraim. Romeu Tuma (PFL-SP) protestou contra a demora na entrega da documentação.



A reforma política volta a ser tema de debate na sessão do Senado. Eduardo Suplicy acha fundamental o financiamento público das campanhas. Já Ramez Tebet defende a aprovação imediata da fidelidade partidária

Eduardo Suplicy defende reforma política para já

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou ontem a importância da reforma política. Para ele, os parlamentares precisam amadurecer suas posições e se empenhar para que, até o dia 3 de outubro, esteja votada essa matéria, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

Suplicy destacou alguns pontos que considera relevantes. Segundo ele, a fidelidade partidária é o ponto sobre o qual há maior consenso entre senadores e deputados de todos os partidos.

O parlamentar defendeu o financiamento público das campanhas eleitorais, do qual alguns parlamentares discor-



TRANSPARÊNCIA Suplicy apóia o financiamento público das campanhas políticas no país

dam. A transparência na prestação de contas, para ele, deve ser unanimidade.

– Se for para haver ainda

qualquer financiamento de pessoa física e de pessoa jurídica, então há que se estabelecer a transparência em tempo real das contribuições e transparência total tanto de arrecadação de receitas quanto de gastos – frisou Suplicy, enfatizando que prefere financiamento público.

O senador disse que não está persuadido de que as listas fechadas nas eleições proporcionais seja sistema mais democrático. Por fim, sugeriu que os parlamentares que renunciarem a seus mandatos não possam concorrer nas eleições seguintes, sobretudo quando isso decorrer de quebra de decoro parlamentar.

Tebet quer a aprovação imediata da fidelidade

A aprovação imediata da fidelidade partidária e da cláusula de barreira nas eleições proporcionais, propostas que fazem parte da reforma política, foi defendida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Mas ele considerou terrível introduzir no sistema eleitoral brasileiro, “a toque de caixa”, o financiamento público de campanha e o processo de listas fechadas para escolha dos candidatos ao Legislativo.

– Propor o financiamento público de campanha em meio a essa crise social e moral, tirando dinheiro da escola e da creche, é um atentado à consciência da sociedade brasileira



ELEIÇÃO Ramez Tebet acha absurdo adotar o sistema de listas fechadas no pleito para o Legislativo

– afirmou Tebet.

O senador também acha absurdo adotar o sistema de listas fechadas nas eleições para o Legislativo sem a implantação

conjunta do voto distrital misto. Como o assunto é complexo e o prazo para alterações na legislação eleitoral termina no início de outubro, o parlamentar acredita não haver tempo hábil para aprovar a mudança para as eleições de 2006.

Na opinião do senador Eduardo Suplicy, que aparteu Tebet, o sistema de listas fechadas poderia ser adotado com sucesso no Brasil se fosse dada ao eleitor a chance de alterar a ordem dos candidatos na hora do voto. Já o peemedebista apresenta mais reservas à mudança por acreditar que as listas fechadas poderão limitar a vontade do eleitor.

João Batista Motta propõe agenda mínima

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) fez apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no sentido de montar uma agenda mínima de trabalhos que incluía a reforma política. Contrário ao sistema de listas fechadas para eleições no Legislativo, o peemedebista defendeu mudança no



PRESIDENCIALISMO Batista Motta entende que o atual regime de governo leva o Brasil ao descrédito

regime de governo brasileiro, do presidencialismo para o parlamentarismo.

– O que se pode esperar de

um país cujo governo, com esse regime (presidencialista), cai no descrédito e não tem mais cabeças para ajudá-lo a encontrar seu rumo? – indagou.

Em rápido comentário sobre a crise do governo petista, Motta disse crer que não havia motivos para o Partido dos Trabalhadores (PT) recolher dinheiro em estatais e repassar a parlamentares em busca de apoio no Congresso, conforme denúncias publicadas pela imprensa.



CONDUTA Para Serys Slhessarenko, aqueles que no PT cometeram irregularidades devem ser expulsos

Serys acredita que é hora de mudar o PT

Em discurso feito ontem no Plenário, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu transformações no Partido dos Trabalhadores e conclamou os militantes petistas a não desistirem do partido.

– Temos que continuar nossa luta e nossa caminhada. Quero meu PT de volta. Quero minha esperança de volta – disse a senadora, acrescentando que, apesar das denúncias contra integrantes do Partido dos Trabalhadores, o povo brasileiro ainda acredita no PT e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Serys disse que o PT vem sofrendo “violentos ataques da

direita e de grande parte dos meios de comunicação”, salientando que a bancada do partido dentro da CPI dos Correios tem atuado de forma isenta e que o governo Lula está empenhado nas investigações por meio da Polícia Federal.

– O PT não é um partido corrupto. Aqueles que cometeram irregularidades têm de ser expulsos. Nosso partido foi, é e continuará sendo forjado na luta dos trabalhadores, e nós que o compomos temos a obrigação de preservá-lo – ressaltou.

A senadora afirmou que as eleições no PT no dia 18 de setembro serão uma oportunidade para o partido renovar seus quadros e afastar do comando os dirigentes que o conduziram “de forma equivocada”. O PT, avaliou Serys, deve mudar a relação com os militantes, com o governo e com os intelectuais. O partido também deve mudar, frisou a senadora, a relação entre prática e teoria, o processo de formação de dirigentes e sua visão da sociedade e do Estado brasileiros, numa verdadeira “operação mãos limpas interna”.

Para Serys, o PT tem que se reaproximar dos movimentos sociais e trabalhar pela superação da política neoliberal.

Para Mão Santa, corrupção afogou a esperança

O senador Mão Santa (PMDB-PI) comentou ontem a declaração do cientista político César Benjamin, ex-militante do PT, de que o envolvimento de alguns membros do partido, próximos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com recursos mal explicados já vinha da campanha de 1989. As declarações de Benjamin, de acordo com Mão Santa, foram feitas no programa *Canal Livre*, da Rede Bandeirantes, exibido no final de semana.

De acordo com o parlamentar, já em 1989 os sindicalistas se apropriavam dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Depois passaram a



REVELAÇÃO Mão Santa cita declarações de cientista político sobre atuação do PT em 1989

utilizar os fundos de pensão e as prefeituras. Mão Santa disse que Benjamin acrescentou que os que faziam esse tipo de trabalho conviviam com Lula.

O senador afirmou que antes ele tinha um pensamento benevolente em relação ao presidente, mas agora tem certeza de que a corrupção afogou a esperança.



ATAQUE Segundo João Capiberibe, divulgação eletrônica é uma forma de atacar a corrupção política

Capiberibe diz que PSB vai colocar contas na Internet

Em nome da liderança do PSB, o senador João Capiberibe (AP) informou que o partido pretende divulgar na Internet os recursos que recebe do Fundo Partidário. O senador citou artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado no domingo (31) no jornal *O Estado de S. Paulo*, que recomenda aos partidos colocar suas contas na Internet como forma de atacar a corrupção política.

Para Capiberibe, o mesmo deve ser feito em relação às receitas do poder público. Ele lembrou que o brasileiro paga quase cinco meses de trabalho para o governo e pouco se sabe como o dinheiro é gasto. Segundo o senador, o segredo é informar ao cidadão pela Internet os detalhes de cada despesa realizada.

Sem acordo de líderes, pauta continua trancada

Persiste a falta de acordo entre as lideranças partidárias para votação das matérias incluídas na ordem do dia do Senado. Assim, a pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/05, oriundo da Medida Provisória 247/05. O PLV abre crédito extraordinário de R\$ 586.011.700 em favor dos ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa.

O presidente em exercício na sessão de ontem, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), anunciou a convocação de sessão especial do Senado na próxima terça-feira (09) para comemorar os 80 anos do jornal *O Globo*. Foi lido ainda projeto de resolução encaminhado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, criando o Grupo Parlamentar Paraguaí-Brasil.

José Jorge: Planejamento privilegiou parlamentares

■ Senador afirma que ministério liberou emendas visando interferir na criação de comissões de inquérito

O senador José Jorge (PFL-PE) comunicou que encaminhará à comissão de ética do governo federal uma representação contra o Ministério do Planejamento. A alegação é que o ministério, infringindo a lei orçamentária, teria liberado politicamente emendas visando interferir diretamente na opinião de parlamentares.

A denúncia baseia-se em levantamento realizado pela assessoria de orçamento do PFL, segundo o qual os parlamentares que não assinaram ou retiraram suas assinaturas de requerimentos de criação



INVESTIDA José Jorge comunica que fará representação contra o Ministério do Planejamento

de comissões parlamentares de inquérito tiveram quatro vezes mais empenhos de emendas emitidos do que os que defenderam as investigações.

Citando reportagem publicada sobre o levantamento no jornal *Valor Econômico*, José Jorge informou que até mesmo deputados e senadores do partido do presidente da República,

o PT, foram tratados de forma diferenciada na liberação das suas emendas. Ele disse que os petistas que atenderam aos apelos do governo para não assinar as listas solicitando a criação de CPIs tiveram empenhos emitidos de R\$ 62 mil, em média, em junho. A média dos demais foi de R\$ 34 mil no mesmo período.

– A prática de privilegiar parlamentares aliados não só contraria a ética pública, mas principalmente é ilegal, pois viola o artigo 75 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005, que diz: “A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impessoalidade na administração pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso” – citou José Jorge.

Votação da LDO é adiada para amanhã

Por falta de quórum, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 na Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevista para ontem, foi adiada para as 10h de amanhã. A baixa presença de parlamentares foi atribuída à reunião do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados destinada a ouvir o ex-ministro e deputado José Dirceu (PT-SP) sobre denúncias de pagamento de propinas a deputados. O evento praticamente paralisou os outros trabalhos na Câmara.

O parecer apresentado pelo

relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), na forma de um projeto substitutivo, obteve apoio dos partidos políticos. No entanto, ele não foi votado até agora porque os partidos de oposição não queriam que o Congresso entrasse em recesso em julho, por causa da crise política e do funcionamento de várias comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Quando a LDO não é votada, os parlamentares não entram em recesso no meio do ano. Por isso, o Congresso funcionou durante todo o mês.

Nos últimos dias, Gilmar

Machado decidiu fazer nova modificação no seu substitutivo, para acomodar a recente decisão do governo de criar a Receita Federal do Brasil, que agora engloba a Secretaria da Receita Federal e a arrecadação da Previdência Social. A alteração mexe no artigo da LDO que impede a arrecadação da Receita Federal de superar os 16% do produto interno bruto (PIB). Como a nova Receita do Brasil irá arrecadar também as contribuições previdenciárias, o relator excluiu tais receitas do limite de 16% do PIB.

Renan é convidado para debate com lojistas

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, foi convidado ontem pelo presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Carlos Henrique Levandowski, para proferir palestra na abertura da 46ª Convenção Nacional da entidade, que será realizada nos dias 25 a 28 de setembro, em Maceió. Levandowski afirmou que o encontro debaterá e estudará o projeto da lei geral da micro e pequena empresa.

– O presidente Renan tem o conhecimento e a visão de que isso tem que acontecer e que devemos aprofundar muito mais esse estudo. É isso que nós vamos fazer – disse o presidente da CNDL.



ENCONTRO Carlos Henrique Levandowski, da CNDL (D), e Wilson Prado, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Maceió, com o presidente Renan Calheiros

Para Levandowski, a atual crise política é ruim para a economia brasileira, embora haja quem acredite que ela vá depurar a política.

– A política tem que ser depurada através do voto. Essa crise é uma forma muito cruel de descobrir se as pessoas são boas ou são ruins – assinalou.



VIOLÊNCIA Maguito Vilela afirma que britânicos e norte-americanos combatem o terror de forma violenta

Maguito critica estratégia contra o terrorismo

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) comentou da tribuna o recente assassinato do brasileiro Jean Charles Azevedo pela polícia de Londres. O senador criticou a forma como os Estados Unidos e a Inglaterra estão lidando com o terrorismo e com o Terceiro Mundo.

Para Maguito, a desculpa “diplomática” utilizada pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair para justificar o crime, “de que é preciso primeiro atirar”, corrobora a forma violenta como o presidente norte-americano George W. Bush tenta combater o terrorismo.



FOMENTO Para Antônio Leite, não há dúvida de que é por meio do livro que o país e as pessoas crescem

Antônio Leite quer bibliotecas em municípios

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) externou esperança de que cada município instale uma biblioteca pública, aproveitando a Política Nacional do Livro, da Leitura e de Bibliotecas, lançada pelo governo. Para ele, hoje não há mais dúvida de que é por meio do livro que as pessoas e o país conseguem crescer.

Antônio Leite destacou que a senadora Roseana Sarney (PFL-MA), quando governou o Maranhão, foi pioneira no incentivo à criação de bibliotecas públicas e salas de leitura. Tal programa teve “o sugestivo nome de Farol do Saber”.



PROPOSTA Arthur Virgílio sugere a mudança de denominação para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira

Virgílio quer novo nome para a Zona Franca de Manaus

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) pediu o apoio dos demais senadores à proposta de emenda constitucional de sua autoria, a PEC 59/04, incluída na ordem do dia da Casa, que altera o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Ele comentou que o processo industrial que se desenvolve atualmente na capital amazonense não é mais compatível com a visão de Zona Franca concebida inicialmente.

– Não cabe mais a visão preconceituosa e errônea de que o parque industrial de Manaus seria apenas uma indústria de montagem – afirmou.

Segundo o senador, com a liberalização e globalização da economia mundial e a consequente abertura do mercado brasileiro às importações, o modelo da Zona Franca foi reformulado. A competição com os produtos importados, explicou, fez com que a indústria de Manaus passasse por um processo de reconversão industrial, com redução de custos, aumento da qualidade e da produtividade. Como resultado, destacou, o faturamento do setor passou a crescer a taxas expressivas, alcançando US\$ 10,5 bilhões em 2003.

Osmar sugere medida de socorro ao setor agrícola

■ Governo deveria comprar a produção de grãos e disponibilizá-la aos programas sociais, propõe o senador

Ao fazer um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por maior atenção para a crise do setor agrícola no país, o senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou a decisão do governo federal de leiloar a produção de grãos excedente da safra 2004/2005 no Sul do país. Ele sugeriu que, em vez de leilões, o governo compre a produção para colocá-la à disposição dos programas Fome Zero e Merenda Escolar.

– Esses leilões não adiantam, não evitam a entrada ilegal de



ERRO Para Osmar, decisão de leiloar os excedentes da safra 2004/2005 não resolve os problemas do setor

grãos pela fronteira, que derrubam o preço da produção brasileira. Com a minha sugestão, o governo poderia comprar a produção excedente de arroz e doar a quem tem fome – ressaltou o parlamentar.

Aelton pede investimentos para armazenagem de grãos

O senador Aelton Freitas (PL-MG) anunciou ontem que vai propor à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado a discussão sobre a carência de armazenagem para os produtos agrícolas no Brasil. Segundo o senador, a capacidade de armazenagem da safra no país corresponde a apenas 90% da produção de 103 milhões de toneladas de grãos, quando o ideal seria que ela chegasse a 120% da produção, ou seja, 136,4 milhões de toneladas.

O senador propõe que o governo invista na construção de novos armazéns e promova o incentivo à implantação de silos nos próprios estabelecimentos rurais. O Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem

deveria “ser turbinado”, na avaliação do senador.

Outro problema do setor, conforme Aelton, é que o Brasil possui um percentual muito pequeno de armazéns localizados nas propriedades rurais. Cerca de 88% dos armazéns estão situados nas áreas urbanas e nas cooperativas, o que, na opinião do senador, “é um erro estratégico”. Na Argentina, informou, metade da produção já é guardada nas próprias fazendas.

Na situação brasileira, observou o senador, o produtor necessita deslocar a produção imediatamente após a colheita, o que produz um aumento do custo da armazenagem e das perdas e diminui a capacidade de negociação dos produtores

O senador pelo Paraná comentou matéria publicada ontem pelo jornal *Gazeta Mercantil*, segundo a qual a próxima safra sofrerá redução de 20% em relação à deste ano. Para ele, o agricultor não vai plantar por temer não conseguir cobrir nem mesmo o custo da produção, o que, segundo o parlamentar, irá comprometer um setor de grande importância para a economia nacional.

Osmar Dias aproveitou para cobrar do governo as promessas feitas aos cerca de 20 mil agricultores que fizeram o “tratoço” no mês de junho, em Brasília. Na avaliação do senador, ou o governo adota medidas urgentes para apoiar a produção ou haverá um desastre na próxima safra de grãos.



INICIATIVA Aelton irá propor à CRA a realização de debates sobre a carência de armazéns no país

em torno do preço dos grãos.

Aelton levantou, ainda, em seu discurso, o problema da defasagem de estrutura dos armazéns brasileiros que, segundo ele, atinge 40% das instalações.

– Se não for combatida a atual carência de armazenagem, isso poderá implicar em graves problemas para a safra 2005/2006 – afirmou.



COMPROMISSOS Pavan apela ao governo por mais incentivos aos agricultores familiares do país

Pavan cobra apoio aos pequenos produtores rurais

Em discurso ontem, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que dê a devida atenção à agricultura familiar, olhando para os que sofrem por falta de investimentos e incentivos à produção e pelo não-cumprimento de compromissos firmados.

O senador ressaltou que a agricultura familiar é responsável pela geração de empregos, pela fixação da família no campo e pela melhoria de renda do trabalhador rural, além de contribuir para a manutenção do equilíbrio ecológico, fomentar a organização espontânea dos cidadãos em cooperativas e complementar a produção em escala de empresas como a Sadia e a Perdigão.

– O estado de Santa Catarina tem a melhor distribuição de renda do país e ocupa posição destacada na agricultura brasileira, com produção de produtos primários de alto valor agregado como maçã, mel, frango e carne bovina. Essa produção pulverizada está na base dos bons indicadores socioeconômicos, dá sustento ao agricultor e multiplica as oportunidades – salientou o parlamentar.



ACESSO Heráclito informa que hoje benefício inclui apenas agricultores da Bahia e do Centro-Oeste

Heráclito defende rolagem de dívida para Piauí e Maranhão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que determine a inclusão do Maranhão e do Piauí entre os estados beneficiados com a rolagem das três primeiras parcelas do custeio agrícola. A prorrogação da dívida, cuja decisão seria anunciada na última quinta-feira pelo Conselho Monetário Nacional, mas foi adiada para a

próxima semana, beneficiaria inicialmente os produtores da Bahia e do Centro-Oeste.

– Como está prevista uma visita do presidente Lula aos municípios de Eliseu Martins e Floriano, no Piauí, seria bom que ele anunciasse, ou garantisse, já que a decisão depende do Conselho Monetário Nacional, o atendimento dessa reivindicação – sugeriu.

O parlamentar também revelou que o senador José Sarney (PMDB-AP) ouviu do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a sinalização de que Maranhão e Piauí seriam incluídos entre os beneficiários.

Heráclito disse que gostaria de ouvir ainda do presidente a notícia sobre a construção da Ferrovia Transnordestina, que permitirá a exportação de grãos

pelos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). O senador cobrou também a construção de uma ponte ligando Santa Filomena (PI) a Alto Parnaíba (MA) e a continuidade de projeto de eletrificação entre Bom Jesus do Gurguéia (PI) até a Serra do Quilombo.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) também defendeu a construção da ferrovia.



INCENTIVO Eduardo quer dinheiro do BNDES no financiamento da graduação no ensino superior

Projeto destina mais recursos para o Fies

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu projeto de sua autoria que destina recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), que oferece crédito a estudantes sem condições de arcar com sua formação em instituições não-gratuitas cadastradas no programa.

O parlamentar manifestou também sua satisfação por estar sendo convidado para paraninco de diversas turmas de cursos superiores em cidades do Tocantins, como Porto Nacional, Palmas, Gurupi e Arraias.

– O estado do Tocantins foi criado há 17 anos e, naquela época, não havia centros universitários. Hoje temos dez centros universitários e a Universidade Federal do Tocantins, criada durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Essa é uma luta que encabecei durante meus mandatos.

O senador lembrou ter recebido críticas por investimentos feitos em cursos como o de Ciências da Computação na Universidade Regional de Gurupi, região considerada inóspita. Para ele, iniciativas do tipo são fundamentais para reduzir as desigualdades regionais em relação ao “Sudeste maravilha”.

– Os centros universitários do Tocantins reverteram a realidade dos estudantes tocantineses, que antes tinham que se dirigir a outros centros para se qualificar – frisou.

Eduardo Siqueira Campos disse que o Brasil precisa investir no ensino e na pesquisa. Ele citou como exemplo a Índia, país que se tornou em curto período o segundo maior exportador de *software* do mundo.

Compensação por danos e riscos com usina nuclear

■ Projeto aprovado na Comissão de Educação beneficia estados e municípios que abrigam usinas termonucleares

Estados e municípios onde estejam localizadas usinas termonucleares de geração de energia elétrica, bem como os municípios limítrofes, poderão receber ressarcimento pelos danos ambientais e riscos causados a sua população. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), teve parecer aprovado on-

tem na Comissão de Educação (CE), e segue à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

A proposição (PLS 367/04) fixa a compensação financeira em 5% do faturamento bruto da exploração de energia elétrica proveniente de energia nuclear. Desse total, 30% seriam para o estado, 45% para o município onde se localiza a usina e 30% para serem divididos igualmente entre os municípios limítrofes.

O relator da proposta, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que a matéria é justa por compensar comunidades em

cujos municípios foram construídos complexos nucleares sem consulta à população.

– Nada mais justo que essas comunidades sejam compensadas por ter sido imposta a elas a construção de um complexo nuclear, que é do interesse do país, mas causa estresse psicológico permanente para as pessoas que ali vivem.

Sérgio Cabral observa que é segura a utilização da energia nuclear, como alternativa à hidrelétrica. O autor da proposta lembra que os programas de governo pretendem ampliar seu uso devido ao esgotamento das fontes hidrelétricas.



REFORÇO Defensor do ensino técnico, Paim se diz satisfeito com apoio do novo ministro da Educação

Paim comemora convênios para ensino profissional

Ao salientar a importância do ensino técnico-profissionalizante para o primeiro emprego dos jovens, o senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a recente assinatura de 24 convênios e sete termos de compromisso entre o Ministério da Educação (MEC) e diversas entidades educacionais. Os acordos estendem a instituições de ensino federal e estadual e do segmento comunitário os benefícios do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

Paim informou que o MEC vai repassar R\$ 53 milhões aos conveniados, para construção de prédios, salas de aula e aquisição de equipamentos – de microcomputadores a mobiliário –, bem como na compra de material didático e contratação de consultoria. Somente para este ano, ele disse, serão liberados R\$ 11,8 milhões.

– Sou defensor incondicional do ensino técnico, coordeno junto com o deputado Alex Canziani a Frente Parlamentar do Ensino Profissionalizante. Trabalhamos muito para viabilizar esse projeto e fiquei muito feliz com o manifesto do novo ministro da Educação, Fernando Haddad, já em seu discurso de posse, que continuará reforçando a iniciativa – destacou.

O senador pediu ainda apoio para projeto de sua autoria que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). O objetivo, informou Paim, é gerar trabalho e renda, melhorando as condições de acesso ou permanência dos jovens no mercado de trabalho.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que o gaúcho Paim se candidate ao governo do Rio Grande do Sul nas próximas eleições.



OBJETIVO Idéia acolhida pela Comissão de Educação é compensar comunidades que vivem ao lado de complexos nucleares

Audiência vai debater fundos para C&T

Uma audiência pública sobre fundos setoriais nas áreas de Ciência e Tecnologia será promovida hoje, às 10h, pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE). O requerimento para a audiência é dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Marco Maciel (PFL-PE).

O assunto será abordado na audiência pelos presidentes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Odilon Antônio Marcuzzo do Canto; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti; e da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), Luiz Carlos Delben Leite.

Pode ser vedado cobrar dados econômicos de vestibulandos

Instituições privadas de educação superior poderão ser proibidas de requerer informações de caráter econômico aos candidatos ao ingresso em cursos por elas oferecidos, até o resultado final do processo de seleção. Parecer favorável a projeto (PLS 284/04) nesse sentido, do então senador Duciomar Costa, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A proposta segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator, senador José Jorge (PFL-PE), lembrou que o processo seletivo deve avaliar apenas a capacidade dos candidatos para prosseguir estudos em nível superior. Na sua opinião, favorecer concorrentes que demonstrem melhor condição econômica configura afronta ao princípio constitucional da igualdade de acesso à educação e retira dos jovens carentes a

possibilidade de concorrer a bolsas de estudo.

Emenda do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), para que a medida fosse estendida às escolas privadas de educação básica, foi rejeitada. Segundo José Jorge, essas instituições não utilizam processo seletivo e, conforme disposição constitucional, seus serviços são prestados com amparo na liberdade de iniciativa econômica.

Outro projeto aprovado pela CE foi o de autoria da então deputada Celcita Pinheiro (PLC 21/05), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) para incluir os pais como instituidores de escolas comunitárias, na forma de cooperativas. A CE aprovou ainda, em decisão terminativa, o PLS 122/05, do senador Tião Viana (PT-AC), que institui o dia 16 de abril como o Dia Nacional da Voz.